

7. Contas a receber	2022	2021		2022	2021
Clientes nacionais	5.340	1.062		13	4
Clientes no exterior	-	22		2.599	1.149
Subtotal	5.340	1.084			
Total	5.340	1.084			

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes é como segue:

Aging list	2022	2021
Títulos a vencer até 30 dias	5.340	1.084

Veja política contábil na nota explicativa 3 (g).

8. Outros créditos	2022	2021
Adiantamento a fornecedores	2.567	1.129
Créditos com funcionários	19	15

11. Imobilizado	2022	2021
a. Composição do imobilizado		
Beneficiárias em imóveis de terceiros	10 a 22	17.794
Bens e equipamentos de operação (a)	5 a 50	130.055
Equipamentos de informática	3	190
Móveis e utensílios	10	317

Total	193.527	176.650
b. Movimentação do custo		
Beneficiárias em imóveis de terceiros	18	(22)
Bens e equipamentos de operação (a)	109.509	667
Equipamentos de informática	153	9
Móveis e utensílios	34	16

Total	159.552	35.305
c. Movimentação da depreciação acumulada		
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(1)	(645)
Bens e equipamentos de operação (a)	(9.425)	(6.657)
Equipamentos de informática	(94)	(44)
Móveis e utensílios	(3)	(7)

Total	(9.523)	(7.353)
d. Depreciação acumulada		
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(1)	(1)
Bens e equipamentos de operação (a)	(50)	(44)
Equipamentos de informática	(1)	(2)
Móveis e utensílios	(1)	(3)

12. Intangível	2022	2021
a. Composição do Intangível		
Outorga – STS13 (a)	25	210.000
Outros intangíveis	2	257

Total	210.257	210.257
b. Movimentação do custo		
Outorga – STS13 (a)	210.000	-
Outros intangíveis	257	-

Total	210.257	210.257
c. Depreciação acumulada		
Outorga – STS13 (a)	(21.000)	-
Outros intangíveis	(23)	-

Total	(21.233)	(21.233)
d. Valor líquido		
Outorga – STS13 (a)	189.000	-
Outros intangíveis	234	-

Total	189.234	189.000
e. Provisão para redução no valor recuperável (impairment)		
Outorga – STS13 (a)	(21.000)	-
Outros intangíveis	(257)	-

Total	(21.257)	(21.233)
f. Valor líquido líquido		
Outorga – STS13 (a)	168.000	-
Outros intangíveis	157	-

Total	168.157	167.767
--------------	----------------	----------------

Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, existindo a necessidade de reconhecimento da desvalorização do ativo da constituição para o exercício findos em 29 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir: 13.1. Ativos de direito de uso

Ativo	2022	2021
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.418	
Adições	-	-
Baixas	-	-
Depreciação	(699)	-

Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.719	
Adições	-	-
Baixas	-	-
Depreciação	(699)	-

Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.021	
---	---------------	--

13.2. Arrendamento a pagar	2022	2021
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.069	
Pagamento passivo de arrendamento - CP	(1.500)	-
Adições	1.210	-

Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.779	
Circulante	312	-
Não Circulante	16.467	-

Pagamento passivo de arrendamento - CP	2022	2021
Apropriação de juros	1.188	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.466	

Circulante	335	312
Não Circulante	16.131	16.467
Total	16.466	16.779

14. Debêntures	2022	2021
Descrição	Encargos financeiros	
Debêntures não conversíveis (a)	Pós-fixado	IPCA + 4,475%
Debêntures não conversíveis (b)	Pós-fixado	IPCA + 6,6073%

Total	314.881	158.706
--------------	----------------	----------------

15. Emissão de Debêntures (Ageo Leste) - Forma e Espécie - Espécie Quirografária com garantia Fidejussória. Valor Nominal Unitário - R\$ 1.000,00 (hum mil reais). Quantidade Emitida - 150.000 (cento e cinquenta mil). Valor Total da Emissão - R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Garantias - Garantia Fidejussória - Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Fiaadora presta fiança nos termos do artigo 818 e seguintes do Código Civil, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como seus sucessores a qualquer título, solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão. Prazo e Data de Vencimento - As debêntures terão prazo de vigência de 121 (cento e vinte e um) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2031. Forma de Amortização - Será amortizado em 15 (quinze parcelas) semestrais, vencendo sempre no dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho de cada ano, conforme cronograma, sendo a primeira parcela devida em 15 de julho de 2024 e a última na data de vencimento em 15 de julho de 2031. Atualização Monetária - O valor nominal unitário ou saldo de valor nominal unitário, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data da integral liquidação das Debêntures (Atualização Monetária), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso (Valor Nominal Unitário Atualizado). Juros Remuneratórios - Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a 4,475% (quatro inteiros quarentos e sete e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida exponencialmente da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2030, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet, a ser apurada no fechamento do dia útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de Bookbuilding ou (ii) 6,15% (seis inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (Juros Remuneratórios), calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério pro rata temporis, desde a data de início da rentabilidade ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. Juros 2ª Série: Swap com Itaú - Juros de 0,65% a.a. + CDI. Abaixo as movimentações ocorridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	150.000	
Captação	150.000	(4.633)
Comissões sobre debêntures	(4.633)	-
Pagamento antecipado principal	-	-
Pagamento juros	-	-
Juros capitalizados no imobilizado	-	-
Atualização monetária e juros	13.339	-

Saldo em 31 de dezembro de 2021	158.706	
Captação	150.000	(9.036)
Comissões sobre debêntures	(9.036)	-
Pagamento antecipado principal	-	-
Pagamento juros	(12.259)	-
Atualização monetária e juros	20.115	-
Juros capitalizados	1.355	-

Saldo em 31 de dezembro de 2022	314.881	
--	----------------	--

16. Obrigações trabalhistas - Provisão de férias, 13º e encargos PRR - Programa de participação nos resultados (a) 308 198 INSS na fonte s/ serviços 137 33 INSS s/ folha a recolher 110 120 FGTS a recolher 40 37 Contribuição sindical/assistencial 3 3 Contribuição para Dissídio Coletivo (b) 380 29 Outros 16 - Total 1.442 814

17. Obrigações tributárias Passivo circulante COFINS a recolher 1.270 136 ISS faturamento 794 205 Contribuição para o PRR 274 29 IRRF a recolher 37 39 CSLL/PIS/COFINS retidos na fonte 47 24 ISS retido na fonte 44 16 Total 2.465 449

18. Imposto de renda e Contribuição Social Imposto de renda e contribuição social 2022 2021 IRPJ a recolher 1.629 205 CSLL a recolher 49 655 Outros 49 49 Total 2.127 2.709

19. Dividendos 2022 2021 Dividendos a pagar - 275 - Total - 275

20. Instrumentos financeiros derivativos 2022 2021 Passivo Instrumento Financeiro derivativo líquido (6.142) (2.866) Ativo Circulante 31.500 63.000 Ativo Não circulante 17.136 - Passivo Circulante 23.278 2.866 Passivo Não circulante - - Abaixo as movimentações ocorridas para o período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.866)
Pagamento Swap	9.271
Swaps Swap no período	(3.242)
Ganho Swap no período	21.257
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(6.142)

A Companhia mantém operação para troca de índices das debêntures cuja remuneração é IPCA mais Juros de 4,475% a.a. para CDI + 1,44% a.a. para a primeira emissão e para a segunda emissão, cuja remuneração é IPCA mais Juros de 6,6073% a.a. para CDI + 0,65% a.a. As informações sobre os índices das debêntures podem ser verificadas na nota explicativa 14. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 29.

21. Outras Contas a Pagar	2022	2021
Outorga a Pagar (a)	63.000	94.500
Outras contas a pagar	10	26
Total	63.010	94.526

Passivo circulante	31.510	31.526
Passivo não circulante	31.500	63.000
Total	63.010	94.526

22. Imposto de renda e contribuição social: Em 2021, a empresa foi optante pelo Regime de Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social pelo lucro presunso. A partir de janeiro de 2022, a empresa passou a utilizar o regime de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social pelo Lucro Real.

Apuração Lucro Presunso	2021
Reculta Operacional Bruta	70.491
Alíquota de presunção IRPJ/CSLL	32%
Base de Cálculo	22.528
(+) Outras receitas financeiras	3.466
= Base de cálculo total	25.994
IRPJ 15%	(3.899)
Base de cálculo adicional IRPJ	25.754
Adicional IRPJ 10%	(2.575)
Base de cálculo CSLL	23.179
CSLL 9%	(2.093)
IR e contribuição social no resultado - corrente	(8.814)
IR e contribuição social no resultado - diferido	-
Total de serviços	(8.814)

Alíquota efetiva	13%
Apuração Lucro Real: a. O imposto de renda e a contribuição social correntes são compostos como segue:	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.419
Ajustes para refletir a alíquota efetiva (+/-) Diferenças temporárias (+/-) Diferenças permanentes	(15.393)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	3.352
Alíquota aplicável	34%
Imposto de renda e contribuição social no resultado - corrente	(1.140)
IR e contribuição social no resultado - diferido	(1.116)
Total de IR e contribuição social no resultado	(2.256)
Alíquota efetiva	34%

b. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:	2022
Comissão debêntures	3.522
Provisões para contingências	(106)
Direito de uso do CPC 06 (R2) – IFRS 16	1.140
Efeitos tributários líquidos s/ CPC 06 (R2) – IFRS 16	(6.249)
Derivativo Swap	(6.142)
Reversão Dissídio e Provisão PRR	(692)
Base de cálculo do imposto diferido	4.863
Alíquota de IR e contribuição social - 34%	34%
Impostos diferidos	1.654

Provisão para contingências e depósitos judiciais - Durante o curso normal dos negócios, a Companhia fica exposta a riscos de contingências e riscos, que incluem processos, trabalhistas, em discussão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía registrado, no passivo não circulante, os seguintes valores a título de provisão para cobrir eventuais riscos prováveis de perda, com base nas opiniões de seus assessores jurídicos:

2022	2021
Processos trabalhistas	106 21

Trabalhistas - Refere-se a discussões trabalhistas de caráter remuneratório e indenizatório. A Companhia provisionou o saldo de R\$ 106 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2021) com base no parecer dos assessores jurídicos, avaliadas com risco de perda provável.

Movimentação da provisão para contingências	2022	2021
No início do exercício	-	-
Reversões/baixas (a)	(71)	(48)
Complemento de provisão	14	-
Novas provisões	142	69
No fim do exercício	106	21

(a) A Companhia baixou algumas provisões para contingências no montante de R\$ 71 (R\$ 48 em 31 de dezembro de 2021), pois com base no parecer dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda se alterou no decorrer do exercício.

Causas possíveis de perda - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte passiva em processos judiciais avaliados por seus assessores jurídicos como possíveis de perda no montante de R\$ 31 (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2021) em causas cíveis e trabalhistas de diversas naturezas, tais como pagamento de horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial, adicional noturno, etc., que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas. Depósitos judiciais - Os depósitos judiciais e reconciliações a ações trabalhistas montam respectivamente em R\$ 25 em 31 de dezembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 R\$ 8), está demonstrado no ativo não circulante. 23. Patrimônio líquido: a. Capital Social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 54.000 (R\$ 184.000 em 31 de dezembro de 2021). A composição acionária em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte: 53.999,997 (cinquenta e três mil, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais) ações subscritas pela Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais Ltda. Em agosto de 2022, houve redução de capital no montante de R\$ 130.000 mediante cancelamento de 130.114,807 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b. Reserva de Lucros: O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ (1.809) (R\$ 5.988) em 31 de dezembro de 2021. c. Reserva legal: O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 0 (R\$ 1.632 em 31 de dezembro de 2021). Constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. d. Distribuição de Lucros: No exercício de 2022, a Companhia distribuiu R\$ 775, sendo R\$ 275 referente a 2021 e R\$ 500 oriundos de sua reserva de lucros. e. Dividendos: Constituído à razão de 25%, no mínimo, do lucro líquido após as aplicações em Reserva Legal, apurado em cada exercício social nos termos do art. 194 da lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). O saldo de lucro apurado no exercício foi utilizado para recompor a reserva de lucros.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	2.957	1.159
(-) Reserva Legal - 5%	-	(58)
(-) Prejuízos acumulados	-	-
Base para Dividendos	2.957	1.101
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	275

24. Obrigações legais e contratuais: A Companhia possui determinadas obrigações legais e contratuais, ligadas aos arrendamentos das áreas sob Administração da Santos Port Authority - SPA, onde detém os direitos de exploração e uso de Instalações Portuárias e Infraestruturas Públicas localizadas dentro do Porto Organizado, com utilização de área, obrigações estas que vão além da regularidade quanto aos pagamentos mensais estabelecidos em contrato, e que decorrem de cumprimento das obrigações de rescisão do contrato de arrendamento entre

as partes. A Companhia assumiu compromissos, decorrentes do contrato de arrendamento, de realizar mensalmente o pagamento a título de aluguel pela exploração das áreas arrendadas durante o período do contrato, os quais são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, por se tratar de arrendamentos operacionais. A Companhia também efetua pagamentos mensais por outros serviços prestados pela Santos Port Authority - SPA baseados em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias. O terminal AGEO Leste possui compromisso anual de Movimentação Mínima Contratual (MMC) de graneis líquidos, sendo contabilizada através das operações de embarque e desembarque marítimo. A MMC da AGEO Leste é de 507.000 toneladas para ano de 2022 (ano 4), conforme contrato de arrendamento nº 02/2019. Em 2022, a AGEO Leste movimentou 685.779 toneladas, que representa 35,26% acima da MMC. O contrato de arrendamento prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores adicionais por movimentações inferiores a Movimentação Mínima Contratual - MMC. As instalações em exploração e os bens de propriedade da Administração da Santos Port Authority - SPA devem ser mantidas em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e software, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações, serão transferidas à Administração da Santos Port Authority - SPA após o término ou a extinção do contrato de arrendamento, sem qualquer indenização. A Companhia está adimplente com as atuais obrigações legais e contratuais junto à Administração da Santos Port Authority - SPA.

25. Receta operacional líquida 2022 2021 Impostos incidentes 12.017 (6.079) Receta operacional líquida 72.660 64.322 (a) Serviços prestados em território nacional para clientes do exterior.

28. Instrumentos financeiros: Gerenciamento dos riscos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supracitados; os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco. Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros são apresentados a seguir. 28.1. Classificação dos instrumentos financeiros: Apresentamos a seguir uma tabela de comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, bem como suas categorias:

Ativos Financeiros	Nota	Categoria	Nível	Valor contábil	Valor justo	31/12/2022	Total em 31 de dezembro de 2022
Caixa e bancos	5	Custo amortizado	2	5.863	5.863	5.863	5.863
Aplicações financeiras	5	Valor justo por meio do resultado	2	51.782	51.782	51.782	51.782
Caixa restrito	6	Valor justo por meio do resultado	2	15.991	15.991	15.991	15.991
Contas a receber	7	Custo amortizado	2	5.340	5.340	5.340	5.340
Outros Créditos	8	Custo amortizado	2	2.599	2.599	2.599	2.599

Principal assunto de auditoria - Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo imobilizado - Veja as Notas 3 (f) e 11 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado na rubrica de ativo imobilizado do balanço patrimonial o montante de 176.650 mil. A Companhia investe valores significativos em ampliação, e realização regular de inspeção, de bens e equipamentos. Os investimentos são feitos objetivando: reparo e manutenção do item do ativo imobilizado; inspeções importantes em busca de falhas; e substituição de peças de um ativo imobilizado para manter os ativos imobilizados em boas condições de funcionamento e garantir que estejam dentro do padrão de qualidade e segurança para continuidade da prestação dos serviços oferecidos pela Companhia até o final do prazo do direito de exploração e uso de Instalação Portuária, atendendo o acordado na renovação antecipada dos contratos de arrendamento. Desta forma, a administração da Companhia exerce julgamento para definir se a alocação dos gastos deve ser reconhecida como imobilizado ou resultado. Devido à quantidade das transações, ao julgamento exercido pela administração da Companhia e o ativo imobilizado ser o elemento mais relevante das demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado; (ii) analisamos em base amostral, a classificação dos valores dos investimentos entre imobilizado ou como gastos de manutenção reconhecidos no resultado do exercício com base na natureza desses investimentos; (iii) avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que instituiu a Infraestrutura
da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>